



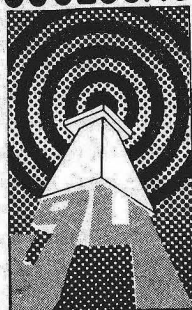
Scartezzini advertiu que TSE "não é um tablado político"

Corregedor repreende advogado de partidos

PATRÍCIA UZELIN

Irritado com a série de convocações e desistência de testemunhas nos processos contra os candidatos Fernando Henrique Cardoso, por uso da máquina do Governo Federal, e Luiz Inácio Lula da Silva, por

SUCESSÃO



uso de sindicatos, o corregedor-geral eleitoral, Cid Flaquer Scartezzini, advertiu os advogados dos presidencialistas. "Aqui não é um tablado político. As questões políticas serão resolvidas nas urnas. Aqui só se resolvem questões jurídicas", enfatizou o ministro. O corregedor voltou a negar a possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral ter sido refém dos acordos entre as assessorias jurídicas para a dispensa do depoimento dos dois presidencialistas.

"Precisamos saber o que se pretende", alertou Scartezzini. Para ele, não seria justificável convocar testemunhas que não teriam nada a acrescentar às investigações desenvolvidas pela Corregedoria. Ontem, nenhuma das sete pessoas chamadas a prestar esclarecimentos ao TSE foram ouvidas. Cinco delas foram dispensadas pelos representantes — tanto as testemunhas da Frente Brasil Popular quanto os ar-

rolados pelo PSDB. Os depoimentos mantidos devem ser tomados hoje, onde serão ouvidos o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, e o secretário-geral da Federação dos Carteiros, Milton Saldanha, que não foi encontrado ontem pela Justiça Eleitoral.

Ontem, o advogado do PT, Claudismar Zupirulli, entrou com pedido para que Fernando Henrique seja ouvido pela Corregedoria e afirmou no documento que não participou de nenhuma tentativa de acordo com o PSDB. O advogado que defende FHC, Reginaldo Oscar de Castro, declarou que se for mantido o pedido para a inquirição de FHC, ele poderá requerer o depoimento de Lula, em retaliação. Mas o corregedor quer colocar fim a esta briga e disse que só tomará novos depoimentos se eles forem necessários e importantes para o processo.

Conversa — Até amanhã, o Ministério Público, a defesa de Fernando Henrique e a do ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, além da assessoria do candidato do PMDB à Presidência, Orestes Quéricia, deverão apresentar suas alegações finais sobre o processo gerado pela conversa do embaixador com o jornalista Carlos Monforte, captada por antenas parabólicas no dia 1º de setembro. A partir da entrega destes documentos, Scartezzini começara a elaborar seu relatório sobre o caso.